

ORDEM DOS ADVOGADOS DE MOÇAMBIQUE

SEGUNDO EXAME NACIONAL DE ACESSO

Data:14/04/2012

Duração: 3 horas

Responda com clareza e precisão as questões que se seguem, observando escrupulosamente as regras da ortografia e da hermenêutica jurídica, sob pena de prejudicar-se no seu resultado.

Ei-las:

 O Estatuto da Ordem dos Advogados e o Regulamento do Estágio Profissional são instrumentos normativos de capital importância para o exercicio da advocacia e, por isso, são equivalentes entre si, do ponto de vista da hierarquia das normas.

Discuta esta afirmação, com especial atenção no boldado.

Ponderada em 4 valores

2. No âmbito do sistema de acesso ao Direito e aos Tribunais, o D°x foi nomeado patrono do Sr y, a fim de contestar uma acção de divórcio litígioso.

No requerimento em que solicitou a nomeação do patrono, o Sr y havia indicado que se encontrava desempregado.

No entanto, na primeira conferência com o D°x, no escritório deste, o Sr y confessou-lhe, - após um pedido expresso de sigilo profissional - , que se tinha desempregado para não ter de pagar qualquer pensão à mulher e que até auferia 15.000,00Mt (quinze mil meticais) mensais nas comissões de negócios imobiliários.

Diga justificando, o que deveria o D°x ter feito, ao tomar conhecimento desta confissão.

Ponderada em 4 valores

3. Amaro Henz, que esteve ao serviço das Alfândegas durante mais de 25 anos, recebeu em Dezembro de 2008, da Direcção Geral desta instituição, um despacho que o expulsava, na sequência de um processo disciplinar iniciado em 05 de Janeiro de 2006, decorrente de um alegado cometimento de descaminho de direitos, em conluio com um importador, isso em Janeiro de 1999.

Hoje, aquela instituição foi citada pelo Tribunal para contestar, querendo, a acção proposta pelo Amaro Henz em 05 de Janeiro de 2012, através de que este impugna aquela decisão de expulsão, com o fundamento de que ele, à data dos factos que consubstanciam o referido descaminho, encontrava-se fora do país, pelo que a decisão era infundada.

Argumenta ainda que na resposta à nota de acusação, no âmbito do processo disciplinar, provou através do seu Passaporte que nas datas do alegado cometimento da infracção, encontrava-se fora do país, pelo que não havia fundamento legal da decisão de o expulsar.

Suponha-se Advogado da contraparte e apresente os fundamentos jurídicos que, em sua opinião, seriam de invocar a favor do seu constituinte.

Ponderada em 4 valores

 Bernardo Joz foi julgado em processo sumário-crime, tendo sido condenado a 5 meses de prisão convertidos em multa. O seu Advogado esteve ausente nesse julgamento.

O Defensor Oficioso que o Tribunal nomeou para a defesa do Bernardo Joz, nada mais disse durante aquela sessão de julgamento, para além de pedir justiça, em sede de alegações finais.

Passando 3 dias daquela data de julgamento, Bernardo Joz e o seu Advogado encontraram-se, e aquele informou a este o teor da sentença, tendo então o Advogado decidido interpôr o recurso que julgou apropriado.

Diga se ele podia ou não o fazer e justifique a sua resposta.

Ponderada em 4 valores

 Antonio Klaus, Advogado sénior da Seguradora Serius, SA apareceu na reunião da Assembleia Geral daquela sociedade despenteado, com a gravata meia desapertada e com o aspecto de embriagado.

O Presidente da Assembleia Geral, olhando para ele, disse-lhe "É a 3ª vez que me aparece com esse aspecto; das outras vezes perdoei mas desta vez não vou. Retire-se da sala, a partir de hoje e agora está despedido, passe já pelo Departamento dos Recursos Humanos para receber o salário deste mês e ponha-se a andar".

Muito tranquilamente o Advogado propôs uma acção de impugnação do despedimento, e a empresa, que foi citada para contestar, querendo, não o fez com a alegação de que não queria perder tempo com brincadeiras de mau

gosto, porque a atitude do Advogado é condenável sob todos os aspectos em qualquer parte do mundo, pelo que não via a razão que levava o Tribunal a preocupar-se com aquele assunto, a ponto de a citar.

Quid Juris?

Ponderada em 4 valores

BOA SORTE.